

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 116/2025, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE UBÁ A CONTRATAR EMPRÉSTIMO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA.

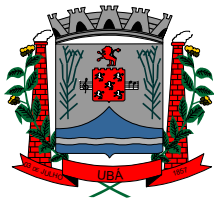
Solicitante: Vereador André Eustáquio Alves

Aos 18 de dezembro de 2025, na sede da Câmara Municipal, às 19 horas e 34 minutos, teve início audiência pública para discussão do Projeto de Lei 116/2025, que “autoriza o Município de Ubá a contratar com a Caixa Econômica Federal, operações de crédito com ou sem garantia da União, para pavimentação de vias públicas e obras de infraestrutura,, convocada pelo vereador André Eustáquio Alves, em atendimento ao Requerimento nº 1522/2025, de sua autoria.

Além do vereador, compuseram a mesa os vereadores José Roberto Filgueiras, Gilson Fazolla, José Maria Fernandes, Jane Lacerda, Antônio Domingos Trindade, Renato Vieira. Marilda Aparecida Leôncio e Breno Reis, o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Geraldo Alves, o Secretário Municipal de Obras, Edeir Pacheco da Costa, o Coordenador da Defesa Civil, Anderson Almeida, os ex-prefeitos de Ubá, Edvaldo Baião Albino e Antônio Carlos Jacob, o ex-presidente da Câmara Municipal de Ubá, Cláudio Ponciano, a Sra. Cristina, moradora do distrito de Miragaia e o Sr. Marco Antônio Moreira, empresário do Laticínios Ubari, no distrito de Ubari..

O presidente da audiência, vereador André Alves, abre a audiência questionando a necessidade do valor total solicitado para as obras. O vereador argumenta que o valor de R\$ 80 milhões é excessivo, considerando que apenas R\$ 31 milhões são necessários para a obra principal. Ele propõe uma emenda para limitar o empréstimo a R\$ 35 milhões, cobrindo a obra e imprevistos. Diz que a falta de transparência e detalhamento nos projetos apresentados pelo governo é uma preocupação expressa.

Em seguida, passa a palavra para o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Geraldo Alves, que apresenta a justificativa para o valor do empréstimo e os projetos em andamento. Diz que Ubá teve nove propostas contempladas no PAC, que somam em torno de R\$ 100 milhões, que o município tem capacidade de pagamento e enfrenta problemas de drenagem e infraestrutura que se agravam há mais de 20 anos. Que o total de projetos necessários para resolver os problemas de drenagem e pavimentação somam cerca de R\$ 80 milhões. Que eventos de chuvas intensas, como os de 30 de outubro, demonstram a insuficiência da infraestrutura atual, sendo a cidade classificada como sujeita a desastres naturais,



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

necessitando de medidas para aumentar a resiliência. O Secretário menciona a necessidade de investimentos em bacias de contenção e drenagem para mitigar os impactos das chuvas e que a administração atual busca alternativas de financiamento, e já firmou um contrato de R\$ 65 milhões com a Caixa Econômica Federal para obras de duas bacias de contenção.

Em seguida, o Coordenador da Defesa Civil, Anderson Almeida, apresentou uma análise técnica detalhada sobre os problemas de infraestrutura enfrentados pelo município de Ubá, com foco nos riscos e impactos causados pela falta de drenagem urbana e contenção de encostas.

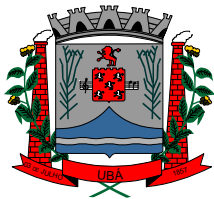
Ele destacou que Ubá possui diversas áreas de risco mapeadas, tanto pela Defesa Civil quanto pelo Serviço Geológico do Brasil, e que a cidade está entre os municípios sujeitos a desastres naturais e eventos hidrológicos de grande magnitude.

Almeida enumerou os principais problemas causados pela deficiência na drenagem urbana, como alagamentos, enchentes, prejuízos materiais, depreciação imobiliária, riscos de acidentes fatais e gastos recorrentes com obras paliativas e limpeza de vias. Ele também mencionou que o crescimento urbano desordenado e a impermeabilização do solo agravaram a situação, tornando as redes de drenagem obsoletas e incapazes de suportar o volume de água das chuvas intensas.

O coordenador apresentou um levantamento de 21 pontos críticos na cidade que necessitam de intervenções urgentes, incluindo bairros como São Domingos, Vila Casal, Eldorado, Primavera, entre outros. Ele também destacou a situação crítica do bairro São Domingos, cuja reconstrução de ruas tem um custo estimado de 5 milhões de reais e que concentra o maior número de imóveis e pessoas em áreas de risco geológico alto e muito alto. Segundo Almeida, há 146 famílias e 531 pessoas residindo em áreas de risco no bairro, sendo que 112 dessas famílias estão em áreas de risco alto e muito alto. Ele alertou para o perigo iminente de deslizamentos e desmoronamentos, que podem causar perdas de vidas e danos irreparáveis.

Além disso, Almeida mencionou a necessidade de obras de contenção de encostas, drenagem pluvial e destacou a urgência de se construir um muro de gabião na região da creche Meu Sonho, que está em risco devido à erosão.

Por fim, Almeida reforçou a importância de adotar medidas para tornar Ubá uma cidade mais resiliente, capaz de enfrentar eventos adversos e proteger a vida e o patrimônio de seus moradores. Ele se colocou à disposição para esclarecer dúvidas e apresentar os projetos técnicos detalhados, destacando que as intervenções propostas são baseadas em estudos técnicos e relatórios da Defesa Civil.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Com a palavra, a vereadora Jane Lacerda primeiramente solicitou uma correção no texto do projeto de lei, que menciona apenas a pavimentação da estrada entre Miragaia e Ubari, sem incluir explicitamente o trecho de Ubá até Miragaia. Para ela, é essencial que o projeto seja claro e mencione a interligação completa entre Ubá, Miragaia e Ubari, garantindo que o município de Ubá também esteja contemplado.

Além disso, a vereadora questionou a falta de transparência no projeto, especialmente sobre os valores destinados às obras. Ela mencionou que, embora o projeto cite melhorias em prédios públicos e outras obras de infraestrutura, não há detalhamento sobre os custos ou cronogramas dessas ações.

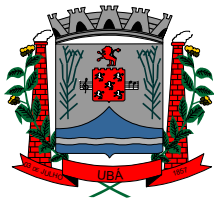
A vereadora enfatizou que, para que os vereadores possam votar com segurança, é necessário que os projetos sejam anexados ao corpo do projeto de lei, com os valores estimados e detalhados para cada obra. Jane também levantou a questão dos impostos pagos pela população, como IPTU e ISS, que deveriam ser utilizados para financiar obras de infraestrutura, questionando a real necessidade de um empréstimo de 80 milhões de reais.

Ela sugeriu que, caso os projetos estejam prontos e detalhados, a transparência seria facilmente resolvida com a inclusão dessas informações no projeto de lei, para que não se tenha a impressão de estar dando um “cheque em branco” para o Executivo. Por fim, a vereadora reforçou que não é contra o asfaltamento de Miragaia e Ubari, mas sim contra a falta de clareza e transparência no uso dos recursos públicos. Ela propôs que o projeto do asfaltamento seja desvinculado dos demais projetos e que os outros sejam apresentados posteriormente com os devidos detalhes, para que os vereadores possam votar com mais tranquilidade e garantir uma fiscalização eficiente.

O Secretário de Planejamento, Antônio Geraldo, contesta a vinculação de projetos detalhados ao projeto de lei, com relação de obras, prazos e valores, o que nunca foi pedido pela Câmara em outros projetos de empréstimo de administrações anteriores e nem a instituição bancária o exige. A vereadora replica que a experiência conta na análise de projetos e lapsos podem ser corrigidos, sobretudo em um valor tão expressivo.

O vereador Gilson Fazolla diz que a população deve ser ouvida, pois há outros locais demandando atenção. O Secretário de Planejamento diz que o critério foi estritamente técnico, com base em relatórios e cadastros da Defesa Civil.

O vereador Breno Reis pergunta, com base no subfinanciamento de programas dos demais entes da Federação e no percentual de menos de 3% do orçamento municipal para investimentos, como o município pretende arcar com parcelas de R\$ 1 milhão de reais por 9 anos, totalizando R\$ 175 milhões, caso o empréstimo seja



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

aprovado. O Secretário de Planejamento responde que a nota do município no CAPAG do Tesouro Nacional é B, o que significa uma boa capacidade de pagamento. Os vereadores Breno Reis e José Roberto Filgueiras reiteram a necessidade de apresentação detalhada dos projetos que serão custeados pelos outros R\$ 50 milhões de reais, uma vez que o custo de R\$30 milhões para o asfaltamento de Ubari -Miragaia-Ubá foi detalhadamente apresentado em reunião na Câmara pelo Executivo e pela empresa GeoInloco.

Com a palavra, Vadinho Baião, ex-prefeito de Ubá, destacou em sua fala que a população de Miragaia e Ubari pode ficar tranquila, pois os recursos para o asfaltamento da estrada que liga Ubá aos distritos de Miragaia e Ubari têm consenso entre os vereadores. Ele ressaltou que o custo estimado para a obra, cerca de 30 a 32 milhões de reais, está alinhado com os cálculos apresentados e que não há oposição ao projeto.

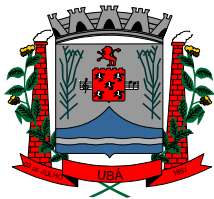
Vadinho também enfatizou a importância do asfaltamento para o desenvolvimento turístico e econômico das comunidades, mencionando o potencial de Miragaia e Ubari se tornarem polos turísticos, comparando-os a locais como Piacatuba. Ele compartilhou histórias de dificuldades enfrentadas pela população devido à falta de infraestrutura, como moradores que não conseguiam sair de Ubari para trabalhar ou acessar serviços básicos.

Além disso, Vadinho defendeu que os vereadores têm o papel de fiscalizar os recursos públicos e que é essencial que os projetos sejam detalhados, com custos e cronogramas claros, para garantir a transparência e a execução das obras. Diz que nem ele, nem o ex-prefeito Edson receberam cheques em branco, pois o destino dos recursos foi definido também por emendas dos vereadores. Ele sugeriu que o projeto do asfaltamento seja votado separadamente dos demais projetos de infraestrutura, para evitar atrasos e garantir que a obra seja realizada sem complicações.

O Secretário de Planejamento lembra que o governo federal possui um limite de recursos disponíveis para esse tipo de obra, e a pressa é necessária para garantir o financiamento.

A audiência pública teve a presença significativa da população dos distritos, demonstrando interesse nas questões de infraestrutura. A população local expressa sua frustração com as condições das estradas e a necessidade urgente de asfaltamento, dadas as dificuldades diárias devido ao barro e poeira nas estradas.

A falta de infraestrutura afeta o acesso a serviços de saúde e transporte e a comunidade clama por melhorias, destacando que o asfalto é um direito e não um favor. Moradores compartilham suas histórias. A comunidade destaca a importância do asfalto para a segurança e a qualidade de vida. A participação ativa da população nas discussões



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

é vista como um passo positivo para a reivindicação de direitos. Alguns dos participantes concordam com o desmembramento do projeto proposto pelos vereadores e pelo ex-prefeito Vadinho Baião.

O presidente da Câmara, vereador José Maria Fernandes diz que o Projeto de Lei será votado na próxima segunda-feira, sob aplausos da população presente.

Finalizando, o presidente da Audiência diz que “todos estamos lutando para que esse asfalto saia. A participação de todos foi fundamental para fortalecermos a discussão deste importante projeto relacionado às finanças municipais e que as contribuições apresentadas serão devidamente registradas e consideradas no âmbito da tramitação legislativa.”

Em seguida, agradece a presença de todos e declara encerrada a audiência às vinte e três horas e dezessete minutos.

**VEREADORA ANDRÉ EUSTÁQUIO. ALVES**